

## PERCEPÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: COM A PALAVRA OS DOCENTES E TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS DO IFRJ *CAMPUS* VOLTA REDONDA

Giovana da Silva Cardoso<sup>1</sup>  
Márcia Amira Freitas do Amaral<sup>2</sup>  
Nathália da Silva Hausmann<sup>3</sup>

### RESUMO

O presente artigo tem por objetivo apresentar as concepções dos Docentes e Técnicos Administrativos do IFRJ *campus* Volta Redonda sobre Educação Inclusiva. A Educação Inclusiva pressupõe a formação permanente de todos inseridos e participantes da organização das escolas para garantir o direito de todos à educação de qualidade. Busca um novo olhar, novas práticas, relações interpessoais e diferentes formas de organização dos espaços escolares. Sendo assim, o que os Docentes e Técnicos Administrativos do IFRJ *campus* Volta Redonda entendem sobre Educação Inclusiva? Que conceitos subjazem a este grupo? Participaram da pesquisa quarenta Docentes e dezesseis Técnicos. O instrumento utilizado na coleta de dados foi um questionário. Este trabalho de pesquisa é um estudo de caso e os resultados obtidos apresentam as concepções destes dois grupos sobre o significado de Educação Inclusiva, o que propiciou conhecer a realidade da instituição, configurando-se assim como diagnóstico fundamental para a implementação de um processo inclusivo que vise uma educação de qualidade para todos. Este trabalho, em um primeiro momento, apresenta uma parte teórica com o significado de Educação Inclusiva com base no estudo de diversos autores e na Declaração de Salamanca de 1994. Em seguida apresentamos os procedimentos metodológicos para a realização da investigação junto aos Técnicos Administrativos e Docentes e o arcabouço teórico desta pesquisa. Logo após, apresentaremos as percepções dos mesmos sobre o tema proposto e, por fim, as considerações finais.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva, Concepções, Docentes, Técnicos Administrativos.

### INTRODUÇÃO

Percebemos Educação Inclusiva como uma forma de educar a todos sem distinção. Este conceito ganhou maior popularidade a partir de 1994, com a Declaração de Salamanca.

Hoje, com relação não apenas à Educação Especial, mas também à Educação Inclusiva de uma maneira geral, as escolas estão vivendo um momento de transição de um modelo pautado na integração para um modelo pautado na inclusão. Essa transição com certeza será lenta e gradativa e, por não ser fácil, também não pode ser considerada tarefa simples. Ela

---

<sup>1</sup>Mestre pelo Curso de Mestrado Profissional em Ensino de Ciências da Saúde e Meio Ambiente do Centro Universitário Oswaldo Aranha – UNIFOA, giovana.cardoso@ifrj.edu.br;

<sup>2</sup>Doutora pelo Curso de Doutorado em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, marcia.amaral@ifrj.edu.br;

<sup>3</sup>Bolsista PIBIC pelo Curso de Licenciatura em Matemática pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ, nathaliahausmann@gmail.com.

determina uma renovação do nosso sistema escolar. Demanda um novo olhar para a formação de professores, novas práticas pedagógicas, novas formas de relação professores-alunos-conteúdos, novas formas de organização dos espaços escolares.

No que diz respeito às escolas, a ideia é de que os alunos com necessidades educacionais específicas sejam incluídos em escolas de ensino regular e para isto todo o sistema regular de ensino precisa ser revisto, de modo a atender as demandas individuais de todos os estudantes.

Para que isso ocorra, é fundamental a participação de toda a comunidade escolar frente a esse processo, tendo clareza do conceito de inclusão e do significado de educação inclusiva. Por isso, a questão central deste estudo é como os Técnicos Administrativos e Docentes do IFRJ campus Volta Redonda, entendem o significado de Educação Inclusiva?

Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo apresentar as percepções dos Docentes e Técnicos Administrativos do IFRJ *campus* Volta Redonda em relação ao conceito de Educação Inclusiva. O intuito desta investigação é que a partir da constatação do que representa a Educação Inclusiva para estes grupos possamos pensar formas de contribuir para a formação continuada no próprio *campus*. E, ainda, oportunizar um movimento reflexivo que culmine na eliminação de visões equivocados e possibilite ações de fato inclusivas na prática profissional desses servidores.

Pretendemos dar o primeiro passo no que se refere a ações voltadas para a Educação Inclusiva em nosso *campus* por meio deste trabalho.

A discussão apresentada neste artigo foi desenvolvida a partir de uma pesquisa mais ampla submetida ao edital interno ao IFRJ do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC).

Dispomos este trabalho da seguinte forma: num primeiro momento discorreremos sobre uma parte teórica com o significado de Educação Inclusiva com base nos estudos de vários autores e na Declaração de Salamanca de 1994. Em seguida evidenciamos os procedimentos metodológicos para a realização da investigação junto aos Docentes e Técnicos Administrativos. Logo após, mostramos as percepções desses dois grupos sobre o tema proposto e, por fim, as considerações finais.

## **METODOLOGIA**

Para o cumprimento dos objetivos deste estudo elegemos a pesquisa qualitativa de cunho exploratório do tipo estudo de caso. De acordo com Gil (2007):

A pesquisa exploratória tem “como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. A grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão (...). Essas pesquisas podem ser classificadas como: pesquisa bibliográfica e estudo de caso”. (GIL, 2007, *apud* GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p.35)

Consideramos que a pesquisa do tipo estudo de caso seja a que melhor se adapta aos objetivos que se configuram neste estudo, porque “numa situação natural, é rico em dados descritivos, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada”. (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p.18)

Conforme Yin (2005), o uso do estudo de caso é adequado quando se pretende investigar o como e o porquê de um conjunto de eventos contemporâneos. O autor assevera que o estudo de caso é uma investigação empírica que permite o estudo de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos.

A realização da metodologia da nossa investigação desenvolveu-se em algumas etapas. A primeira etapa constituiu-se em levantamento de bibliografia que permitisse realizar a construção da base teórica do presente estudo. Na segunda etapa coletamos os dados, tendo como instrumento a aplicação de um questionário. Obtivemos respostas de 16 Técnicos Administrativos e de 44 Docentes para obter uma visão dos mesmos sobre Educação Inclusiva. Na última etapa foi realizada a análise do material coletado

Esta pesquisa foi desenvolvida no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), *campus* Volta Redonda que atende atualmente cerca de 800 alunos, matriculados em cursos de nível médio técnico (Automação Industrial), pós-médio técnico (Eletrotécnica e Metrologia), graduação (Licenciaturas em Física e Matemática) e pós-graduação (Especialização em Ensino de Ciências e Matemática).

O corpo de Técnicos Administrativos do IFRJ *campus* Volta Redonda consta de 30 servidores que têm formação e atuação nas diversas áreas do conhecimento das ciências humanas e exatas e o nível de formação varia entre a especialização e o mestrado. O corpo docente consta de 70 servidores com formação nas diversas áreas do conhecimento das ciências humanas e exatas e o nível de formação varia da especialização ao pós-doutorado.

A amostra da pesquisa constou de 16 Técnicos Administrativos do IFRJ *campus* Volta Redonda de um total de 30, e 44 Docentes de um total de 70. Os profissionais participantes receberam convite verbal sobre os objetivos da pesquisa. Àqueles que aceitaram participar foi

entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para que fosse devidamente preenchido e assinado.

Na primeira etapa da pesquisa, realizou-se um levantamento bibliográfico a partir de leituras de livros, artigos e documentos oficiais sobre o tema.

Na segunda etapa, os servidores técnicos administrativos e docentes responderam às perguntas no questionário que contemplaram os seguintes aspectos: 1) a sua área de atuação; 2) tempo de experiência docente; 3) o significado de educação inclusiva; 4) se tem experiência com estudantes com deficiência; 5) se positivo, qual; 6) no seu curso de formação inicial/continuada teve oportunidade de participar de aulas e/ou eventos voltados para a formação na área de educação inclusiva; 7) gostaria de participar de atividades/eventos voltados para esta área; 8) se afirmativo, que eventos ou temáticas sugere.

Para a análise dos dados obtidos nos questionários, as informações foram registradas pelos participantes em formulário próprio e depois procedeu-se ao agrupamento dos dados por semelhança.

Realizou-se a análise e discussão dos dados coletados à luz da fundamentação teórica para a finalização.

Neste trabalho focamos na questão 3 sobre o significado de Educação Inclusiva para entender as percepções dos Técnicos Administrativos e Docentes do *campus* do IFRJ em relação a este conceito.

## **EDUCAÇÃO INCLUSIVA: SEU SIGNIFICADO, PAPEL E IMPORTÂNCIA**

Atualmente, no ambiente escolar, buscamos práticas inclusivas que atendam às diferenças. Por esse motivo, para se implementar ações inclusivas, faz-se pertinente a mudança e o aperfeiçoamento de todos os envolvidos.

Uma escola inclusiva é, portanto, “[...] aquela aberta à diversidade, onde os alunos são respeitados nas suas diferenças e aprendem juntos, em classes regulares, possibilitando a interação e o desenvolvimento mútuo”. (SANT’ANA, 2005 p. 96)

A história da humanidade mostra-nos que práticas excludentes sempre ocorreram. No que se refere às pessoas com necessidades educacionais especiais não foi diferente. Num primeiro momento foram estigmatizados e colocados alheios à sociedade. Com o tempo conseguiu-se a partir da Conferência Mundial sobre Necessidades Especiais-Acesso e Qualidade (1994), a elaboração da Declaração de Salamanca (1994). Esse documento oficial apontou para os países a necessidade de políticas públicas que atendessem as pessoas de modo

igualitário independente das suas condições pessoais, sociais, econômicas, educacionais e socioculturais. Podemos considerar esse documento como o marco internacional da inclusão no mundo para a garantia dos direitos das pessoas com necessidades educacionais especiais e deficiência.

Dentre os princípios apontados pela Declaração de Salamanca (1994), vale ressaltar: As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem-dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas (UNESCO, 1994, p.17).

Em virtude disso, as instituições de ensino e as pessoas que delas fazem parte precisam estar preparadas para receber e trabalhar com essa diversidade. Mas, será que estão preparadas? O que entendem por Educação Inclusiva?

Souza (2005), aduz que a sociedade brasileira, ainda se encontra presa a concepções tradicionais e preconceituosas que sobreviveram e se fortaleceram com o passar dos anos. Por ser a Educação Inclusiva uma proposta recente, um processo em construção, exige planejamento e execução cuidadosos além de avaliações constantes.

Sabe-se que a implementação de um sistema de Educação Inclusiva não é tarefa simples e que para se oferecer um ensino de qualidade a todos os educandos, inclusive aos que têm alguma deficiência ou problema de aprendizagem, “[...] a escola precisa reorganizar sua estrutura de funcionamento, metodologia e recursos pedagógicos, e principalmente, conscientizar e garantir que seus profissionais estejam preparados para essa nova realidade” (GLAT; BLANCO, 2007, p. 30).

Estudos apontam que a Educação Inclusiva está transformando o sistema educacional de forma radical. Novos caminhos para o aprendizado na escola em geral precisam ser desenvolvidos para contemplar a diversidade. A Educação Inclusiva, para Mittler (2003, p.34), seria “baseada em um sistema de valores que faz com que todos se sintam bem-vindos”, respeitando, ainda, a diversidade cultural, social, de gênero, etnia, desenvolvimento educacional e necessidades especiais. Ainda, segundo esse autor, tal reforma educacional garantiria que todos os alunos tivessem acesso ao ensino regular, oferecendo, assim, ações para se impedir a segregação e o isolamento como do início da história da educação.

Conforme indicado no parágrafo anterior, a Educação Inclusiva é um processo dinâmico e contínuo de reestruturação administrativa e pedagógica das instituições escolares. Não é

somente “aceitar” o aluno com necessidades especiais na escola, mas oferecê-lo um ensino de qualidade.

Ao longo da história da educação em nosso país, a exclusão ocorreu em vários aspectos. Autores como Mantoan (2005), apontam que a reformulação da escola para incluir os excluídos, precisa ser uma revolução que a ponha do avesso em sua razão de existir e em seu ideário político pedagógico. Para tanto, precisamos urgentemente reconhecer e valorizar as diferenças na escola, que é um lugar privilegiado para se viver a experiência da diversidade de saberes, valores, significados, sentimentos. Temos que descobrir e criar meios pelos quais a escola possa vivenciar a diferença, mas sem fragmentar-se em modalidades de ensino, sem impor nem fixar identidades, especializando-se neste ou naquele aluno.

Ao se realizar referências à Educação Inclusiva são suscitados os mais variados sentimentos: desde incertezas e angústias até entusiasmos e paixões. Esses sentimentos antagônicos, segundo Souza (2005) são perfeitamente compreensíveis tanto por estarmos inseridos em uma sociedade que mantém cristalizadas concepções tradicionais e preconceituosas, quanto pela “novidade desafiadora” proposta pela Educação Inclusiva. Nesta direção, Silva e Aranha (2005) afirmam que:

[...] a mudança de um sistema educacional, que se caracterizou tradicionalmente por ser excludente e segregatório, para um sistema educacional que se comprometa efetivamente a responder, com qualidade e eficiência, às necessidades educacionais de todos, inclusive às dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, exige um processo complexo de transformação tanto do pensar educacional, como da prática cotidiana do ensino (SILVA; ARANHA, 2005, p. 374).

O princípio fundamental da Educação Inclusiva consiste em ensinar a todos os alunos juntos, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem, de maneira que possibilite oferecer aos alunos, caso seja necessário, respostas educacionais adequadas às suas peculiaridades individuais. (PARANÁ, 2006)

Dessa forma percebe-se que a, Educação Inclusiva implica em uma transformação na estrutura física, organizacional, pedagógica e filosófica da escola. Para ser inclusiva, uma escola tem que ter acessibilidade (nos aspectos arquitetônicos, materiais e de comunicação), flexibilidade curricular, práticas pedagógicas diferenciadas de ensino e avaliação, e, principalmente, uma equipe de professores e gestores capacitados para lidar com a diversidade dos estilos de aprendizagem e demandas de seu aluno. (PLESTCH, 2014, p.15)

Politicamente, o movimento pela inclusão escolar requer certos cuidados e definições mais precisas, caso contrário terá o mesmo destino da “integração escolar”, ou seja, corremos o sério risco de perseverar na retórica, na eterna ponderação de que estamos apenas começando um processo, até que venha, no futuro, um novo “paradigma” redentor, do exterior

provavelmente, que irá “revolucionar” nosso discurso e quiçá um dia transformar nossas escolas. (MENDES, 2006, p. 402)

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados apresentam as percepções sobre o significado de Educação Inclusiva pelos Técnicos Administrativos e Docentes do IFRJ *campus* Volta Redonda. A verificação dos conceitos destes grupos permitiu conhecer a realidade da instituição e mostrar caminhos que podem levar à implementação de um processo inclusivo adequado.

A respeito da percepção dos Técnicos Administrativos sobre a Educação Inclusiva, podemos observar que há uma diversidade nas respostas apresentadas, apesar de algumas delas possuírem significados aproximados.

Para fins de registros usaremos a abreviação TA seguido de numeração, se necessário, para identificar as respostas dos Técnicos Administrativos.

Dos dados apresentados chama a atenção que 2 (dois) dos TA identificaram a Educação Inclusiva como acolhimento: *“acolher a todos com e sem deficiência; acolher e respeitar as diferenças; promover o processo educativo respeitando as diferentes formas de aprendizagem; realizar as adaptações necessária; acolhimento da diversidade”*.

Outros 2 (dois) TA apontaram que a Educação Inclusiva é abranger a todos. Eis os registros: *“abrange a todos os tipos de pessoas; educação que abrange as pessoas com necessidades e condições específicas contornando as limitações”*.

Identificaram a Educação Inclusiva como garantia do direito à educação, 4 (quatro) TA: *“universalização da educação; educação que garanta o direito de todos independentemente de qualquer diversidade; garantia a todos o direito de estudar; garantia de educação para todos”*.

Apenas 1 (um) TA apresentou Educação Inclusiva como sendo: *“observar todas as possíveis necessidades (preparo prévio)”*. E outro como: *“atendimento efetivo das diversidades”*.

Para 6 (seis) TA, Educação Inclusiva é aquela que favorece a inclusão ou o ato de incluir:

Inclusão de todos; o convívio; o aprendizado com as diferenças; incluir os alunos com qualquer deficiência; trazer o aluno com qualquer tipo de deficiência e superar as deficiência; inclusão de aluno com qualquer tipo de necessidades especiais ou sociais; educação que ninguém exclui em um ensino regular independente de habilidades e transtornos; educação que inclui alunos com qualquer tipo de transtorno ou deficiência; aprendizado de incluir a todos com ou sem necessidade especial. (TA, 2019)

As respostas da maioria dos Técnicos Administrativos demonstram que entendem o significado de Educação Inclusiva, como defende Mantoan (2005) ao afirmar que a reformulação da escola deve ser realizada para incluir os excluídos. E de acordo com os princípios apontados pela Declaração de Salamanca (1994) que indicam que as escolas devem acolher todas as crianças e garantir seus direitos como cidadãos.

Sobre as considerações dos Docentes do IFRJ *campus* Volta Redonda, identificamos que 17 percebem a Educação Inclusiva como:

Um processo que busca fornecer, em um mesmo ambiente, conhecimento independente da dificuldade de cada indivíduo, sejam essas dificuldades físicas ou cognitivas; é fazer com que todos participem do ambiente escolar, seja pensando em aprender conteúdos, ou seja, na convivência social que a escola proporciona; forma de educar a todos, independente das diferenças; um modelo de educação que atende a todas as pessoas, independente de suas características ou necessidades, ou seja, um modelo que deve atender a diversidade; adequar a instituição escola à realidade do educando. Este educando pode apresentar diferentes necessidades educacionais especiais; é uma forma de oferecer oportunidades para todos e explorar as suas potencialidades. (DOCENTES, 2018)

Vimos que 12 (doze) Docentes tem o seguinte entendimento:

Permitir que o portador de necessidades especiais tenha condições de aprender; A inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais na escola/educação; Possibilitar aos portadores de necessidades estarem em sala e desenvolver atividades com os alunos que não possuem necessidades. (DOCENTES, 2018))

Outros 7 (sete) Docentes entendem da seguinte forma: *“seria dar condições do aluno com deficiência exercer seu direito à educação no espaço escolar junto com os outros alunos da mesma idade, lhe proporcionando o desenvolvimento social e cognitivo”*.

Seis (6) Docentes afirmam que: *“é oportunizar que alunos com necessidades educacionais especiais possam estudar em escolas regulares sem prejuízo na qualidade do seu aprendizado; receber alunos com necessidades educacionais especiais na escola regular”*.

Um Docente afirmou não saber o significado e outro afirmou que é: *“educação oferecida a todos sem precisar separar alunos com necessidades educacionais especiais”*.

Analisando-se as respostas relativas à conceituação de Educação Inclusiva, constatamos que 17 apresentaram concepções coerentes com os pressupostos de uma Educação Inclusiva. Isso se evidencia quando, para a maioria dos entrevistados, Educação Inclusiva é oferecer educação de qualidade a todos independente de suas características ou necessidades. Dentre essas respostas observamos que a Educação Inclusiva para eles é um processo dinâmico. Diz respeito à identificação dos impedimentos para promover a aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes.

Para esse grupo (17 Docentes ) a Educação Inclusiva, não diz respeito somente às pessoas com deficiência, mas diz respeito a todos os sujeitos que enfrentam barreiras: barreiras



de acesso à escolarização ou de acesso ao currículo, que levam ao fracasso escolar e à exclusão social. Na verdade, são essas barreiras que são nossas grandes inimigas e devem ser foco de nossa atenção para que possamos identificá-las, entendê-las e combatê-las.

Nesse sentido Glat e Nogueira (2002), afirmam que:

A inclusão de indivíduos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não consiste apenas na sua permanência junto aos demais alunos, nem na negação dos serviços especializados àqueles que deles necessitem. Ao contrário, implica numa reorganização do sistema educacional, o que acarreta a revisão de antigas concepções e paradigmas educacionais na busca de se possibilitar o desenvolvimento cognitivo, cultural e social desses alunos, respeitando suas diferenças e atendendo às suas necessidades. (GLAT; NOGUEIRA, 2002, p. 26)

Diante disso, entende-se que não basta garantir o acesso destes estudantes à escola regular, é necessário o apoio ao docente para que esta inclusão aconteça garantindo-se a equidade no atendimento pedagógico. Isso requer uma formação docente que envolva, para além do respeito, a compreensão da diversidade. De acordo com Silva e Rodrigues (2011, p. 62), existe uma distinção profunda entre simplesmente aceitar e respeitar, e o processo de compreensão da diferença, que demanda das pessoas disposição e compromisso para trabalhar com o ser humano no sentido de contribuir com o desenvolvimento de um sujeito social, histórico e politicamente consciente. Não se trata de apenas acolher a diversidade, mas de compreender sua produção e complexidades na realidade de cada sujeito.

O MEC (Ministério da Educação) reforça que a formação dos professores para o ensino na diversidade bem como para o desenvolvimento de trabalho em equipe, são essenciais para a efetivação da inclusão. Também reforça o papel das universidades no desenvolvimento de pesquisas, estudos e atividades de extensão junto à comunidade escolar para contribuir com o processo de inclusão escolar. (BRASIL, 2001)

A partir dos dados obtidos nesta pesquisa foi possível estabelecer um diagnóstico nítido em relação ao conceito de Educação Inclusiva.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os resultados obtidos permitiram responder a questão problema deste estudo e atingir aos objetivos inicialmente propostos. Nesse sentido, foi possível verificar as percepções destes dois grupos estudados a respeito dos conceitos e impressões sobre Educação Inclusiva e verificar o conhecimento que essa comunidade tem sobre conceito de inclusão.

Partindo do exposto podemos perceber que as definições apresentadas pela maior parte dos Técnicos Administrativos e Docentes, se aproxima do conceito ideal de Educação Inclusiva

e poderá oferecer subsídios para uma prática pedagógica adequada para as pessoas com necessidades educacionais especiais.

Por meio da análise dos conceitos apresentados percebemos que ainda há equívocos em relação a termos relacionados a uma educação para todos que rompe as barreiras de somente “aceitar” um aluno com alguma necessidade educacional especial. Para estes o paradigma da integração ainda está presente, pois esperam que o aluno atenda às expectativas da escola e não o contrário.

Conseguimos relacionar os conceitos indicados pelos Técnicos Administrativos e Docentes com as ideias de determinados autores explorando alguns termos usados de modo recorrente pelos mesmos. Além disso, concluímos que Educação Inclusiva é uma atitude que representa um sistema de valores e de crenças, não uma ação simplesmente, mas sim um conjunto de ações que todos da instituição escolar precisam estar envolvidos e comprometidos.

Nossos primeiros olhares nos mostram que “há movimentos” a serem instituídos e “alguns desafios” para a Educação Inclusiva se efetivar de fato em nossa instituição. Mas está evidente com essa pesquisa na qual os Técnicos Administrativos e Docentes apresentam indícios de que é possível se fazer práticas voltadas para a Educação Inclusiva.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação: **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001. 68 p.
- GERHARDT, E.; SILVEIRA, Denise T. **Métodos de Pesquisa**. Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural. SEAD/UFRGS. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2009. 120 p.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- GLAT, R.; BLANCO, L.de M. V. **Educação especial no contexto de uma educação inclusiva**. In: GLAT, R. (Org.). Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: Ed. Sette Letras, 2007.
- GLAT, Rosana; NOGUEIRA, Mário Lúcio de Lima. **Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil**. In: Revista Integração. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial. Ano 14, 24. ed., 2002.
- LUDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. SP: EPU, 1986.
- MANTOAN, M. T. E. **Caminhos Pedagógicos da Inclusão Escolar**. São Paulo: Memnon, 2005.

- MENDES, E. G. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil.** Revista de Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, p. 387-405, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n33/a02v1133.pdf>>. Acesso em: 8 jun. 2019.
- MITLER, P. **Educação inclusiva:** contextos sociais. Tradução: Windyz Brazão Ferreira. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação Especial para a construção de Currículos Inclusivos.** Curitiba, 2006. Disponível em:<[http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/portal/institucional/dee/dce\\_ed\\_especial.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/portal/institucional/dee/dce_ed_especial.pdf)>. Acesso em: 7 jun. 2019.
- PLETSCH, M.D. **Repensando a inclusão escolar:** diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual. Editora NAU. Rio de Janeiro. 2014. p.15
- SANT'ANA, I. M. **Educação Inclusiva:** concepções de professores e diretores. Psicologia em Estudo, Maringá, v.10, n. 2, p. 227 -234, mai./ago. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v10n2a09.pdf>>. Acesso em: 9 jun. 2019.
- SILVA, L. C.; RODRIGUES, M. M. **Políticas públicas e formação de professores: vozes e vieses na Educação Inclusiva.** In: DECHICHI, Cláudia; SILVA, Lázara Cristina da; FERREIRA, Juliene Madureira (Org.). Educação Especial e Inclusão Educacional: formação profissional e experiências em diferentes contextos. Uberlândia, MG: EDUFU, 2011
- SILVA, S. C.; ARANHA, Maria Salete Fábio. **Interação entre professora e alunos em salas de aula com proposta pedagógica de educação inclusiva.** Rev. Bras. Educ. Especial. Marília, v. 11, n. 3, p. 373-394. Dez de 2005. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-65382005000300005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382005000300005&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 26 ago. de 2016.
- SOUZA, C. C. **Concepção do professor sobre o aluno com seqüela de paralisia cerebral e sua inclusão no ensino regular.** 2005. 115 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <[http://www.eduinclusivapesquerj.pro.br/teses/pdf/camara\\_dissert.pdf](http://www.eduinclusivapesquerj.pro.br/teses/pdf/camara_dissert.pdf) >. Acesso em: 8 de jun. 2019.
- UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais.** Brasília: CORDE, 1994.
- YIN. R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 3 ed., Porto Alegre: Bookman, 2005